

Fátima Santos

De: Edgardo Goulart
Enviado: terça-feira, 5 de Março de 2013 15:17
Para: arquivo
Assunto: FW: Pedido de Parecer sobre as propostas de Decreto Legislativo Regional "Plano Anual Regional para 2013 e Orientações de Médio Prazo 2013-2016
Anexos: MEMORANDO DO CONSELHO DE ILHA-1-1.docx; ATT00001.htm

De: Francisco Cesar
Enviada: terça-feira, 5 de Março de 2013 15:01
Para: app
Assunto: Fwd: Pedido de Parecer sobre as propostas de Decreto Legislativo Regional "Plano Anual Regional para 2013 e Orientações de Médio Prazo 2013-2016

Ao vosso cuidado,
Cumprimentos,

Enviado do meu iPhone
Francisco Vale César

Iniciar a mensagem reencaminhada:

De: <conselho.ilha.pico@sapo.pt>
Data: 5 de Março de 2013 14:19:07 AZOT
Para: <fcesar@alra.pt>
Assunto: Pedido de Parecer sobre as propostas de Decreto Legislativo Regional "Plano Anual Regional para 2013 e Orientações de Médio Prazo 2013-2016

Boa tarde,

Na sequência do solicitado no ofício remetido em 25 do passado mês de Fevereiro, remetemos a V.Exa. o memorando do conselho de Ilha, em tempo remetido ao Governo Regional dos Açores, sobre o assunto em epígrafe.

Aproveito para informar que, a partir do passado dia 28 de Janeiro, do corrente ano, foi alterada a constituição do Conselho de Ilha, passando, deste modo, a ser o Presidente deste órgão o Sr. Luís Filipe Ramos Macedo da Silva, Presidente da Câmara Municipal de São Roque do Pico, pelo que a correspondência deverá passar a ser remetida ou para este e-mail ou então através do Fax. nº292648708, ou para o endereço da Câmara Municipal de São Roque do Pico:

Alameda 10 de novembro
9940-353 São Roque do Pico
O telefone é o 292648700

Com os melhores cumprimentos

A Secretária do Presidente
Paulina Soares

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 776	Proc. n.º 102
Data: 013/03/05	N.º 4/X1.5/K

MEMORANDO DO CONSELHO DE ILHA

Em Reunião Ordinária, que decorreu no Auditório Municipal das Lajes do Pico, no dia 28 de Janeiro, pelas 14h30, o Conselho de Ilha do Pico elaborou o presente documento que pretende transmitir ao Governo Regional dos Açores as recomendações a ter em conta, na elaboração do Plano e Orçamento para 2013 e Plano de Investimento a Médio Prazo.

Após uma rápida análise à anteposta do Plano e Orçamento para o ano de 2013, o qual prevê, para a Ilha do Pico, um investimento de 59 milhões de euros, os conselheiros congratularam-se com o facto de haver verbas inscritas para a conclusão do Centro de Saúde da Madalena, a requalificação da Estrada Longitudinal, o reordenamento do Porto da Madalena e a construção do Centro de Processamento de Resíduos.

Por outro lado, houve também, por parte dos conselheiros, uma enorme apreensão, ao não verem inscritas verbas para o reordenamento do Porto Comercial do Pico, com a consequente construção do Porto de passageiros, obras reportadas por este Conselho de Ilha como umas das mais importantes a realizar na Ilha do Pico. O descontentamento é ainda maior quando se recorda o modo como o projecto foi apresentado na última visita estatutária do anterior Governo à Ilha, em abril do último ano, em que se dizia estar este em fase de conclusão e em condições de ser lançado a concurso no ano de 2013, isto é, na vigência do actual Quadro Comunitário de Apoio, já estando mesmo verbas acauteladas para esse fim.

Assim sendo, e não estando inscritas verbas neste plano e orçamento para as referidas obras, corremos o risco de as mesmas não serem executadas, pois não sabemos se terão enquadramento no futuro Quadro Comunitário de Apoio, o que seria uma forte “machadada” nas legítimas aspirações de desenvolvimento da população desta ilha.

No entanto, e uma vez que se encontram inscritas verbas no plano de investimentos a médio prazo, para obras deste género, gostaria este Conselho de Ilha de saber:

Qual a expectativa que o Governo Regional tem em relação ao próximo Quadro Comunitário de Apoio e se este contemplará o apoio a obras deste género?

O Governo Regional tem já definido um calendário para aquela obra?

Outro motivo de apreensão e descontentamento manifestado pelos conselheiros foi a não inscrição de verbas para a obra de construção da Escola Secundária das Lajes, pois embora o concurso continue a decorrer, ao não serem contempladas verbas para a realização da obra, está poderá mesmo não avançar.

Entendeu este Conselho de Ilha, na sequência da discussão dos documentos em análise, transmitir, ainda, ao Governo Regional algumas apreensões e dúvidas, manifestadas pelo Conselheiros, nomeadamente:

Ponto 1 - Ligações aéreas

- a) Já está definido o novo modelo de serviço público, e o que contemplará?
- b) Está a ser estudada, ou não, uma maior compatibilização dos horários dos voos, com as ligações marítimas no Triângulo?
- c) Atualmente, em caso de mau tempo, o aeroporto do Pico não pode ser alternativa ao aeroporto da Horta. Esta situação é incompreensível, dada a proximidade geográfica, e as ligações marítimas entre as duas ilhas. Para quando a resolução desta situação?
- d) A redução das tarifas aéreas é tida como essencial para o crescimento do turismo interno e externo no arquipélago. Esta questão vai ser acautelada no novo modelo de serviço público de transporte aéreo?

Ponto 2 – Economia

- a) A produção de leite nesta ilha está em sérios riscos de desaparecer a muito curto prazo, se não forem encontradas soluções eficazes para a resolução do problema financeiro da Lactopico. Qual a posição do Governo Regional acerca deste assunto?
- b) A Cofaco mostrou vontade de construir uma nova fábrica na ilha do Pico, pois só assim poderia continuar a laborar dentro dos parâmetros de qualidade exigidos. Para tal, contava com o total apoio do Governo Regional. No entanto, e sem que a construção da nova fábrica

avançasse, 80% do capital da empresa foi adquirido por um grupo Angolano. Sabendo nós que a não construção da nova fábrica no Pico pode levar a um abandono da ilha por parte da empresa, e sendo esta indústria a maior da ilha, em termos de emprego directo, podemos facilmente perceber as graves implicações para a economia da ilha se este cenário se concretizasse. Está o Governo atento a esta questão? Já houve alguns contactos com os novos accionistas?